

SUMÁRIO

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Quadros e Tabelas	v
Resumo	vi
Abstract	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – FRACASSO ESCOLAR, PROGRESSÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÃO DOCENTE	14
1.1. Repetência, retenção e evasão escolares	14
1.2. A eliminação da reprovação por série	26
1.3. O Regime de Progressão Continuada – RPC	37
1.4. O Programa de Educação Continuada – PEC	38
CAPÍTULO II – A RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - PEC E O REGIME DE PROGRESSÃO CONTINUADA – RPC	45
2. 1. A proposta geral do PEC	48
2.2. O PEC desenvolvido no Pólo 3	61
2.2.1. Proposta e abrangência do PEC-Pólo 3	61
2.2.2. O projeto na prática	72
2.2.3. A avaliação como tema do Pólo 3	77
2.2.4. Análise dos relatos manuscritos de uma PCP do Pólo 3	79
2.2.5. A avaliação nos trabalhos de capacitação desenvolvidos no Pólo 3	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

RESUMO

Este trabalho procurou analisar a relação entre dois programas implementados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no período de 1996 a 1998: a proposta e ações do Programa de Educação Continuada – PEC como um dos meios para garantia de que o Regime de Progressão Continuada – RPC não se restringisse à pura diminuição dos índices de repetência e evasão, mas que redundasse em melhoria da qualidade de ensino, tal como a própria Secretaria anunciou à época do lançamento de sua política de governo.

Toda a literatura rastreada bem como as experiências anteriores de eliminação do sistema seriado apontaram para a necessidade de uma série de medidas no sentido de se diminuir os riscos de que a eliminação da reprovação por série não redundasse em diminuição da qualidade de ensino, sendo que uma das maiores ênfases residiu na preparação dos professores, com preocupação especial sobre as formas de avaliação que superassem o uso da reprovação como arma para garantia da dedicação dos alunos aos estudos.

Nesse sentido, tendo em vista que as duas iniciativas acima foram implementadas como parte das políticas da SEE, procurou-se verificar quais as ações do PEC que privilegiaram o professor e, junto a ele, os impactos que o RPC causava em sua atuação, em especial sobre a avaliação escolar.

Para tanto, subdividimos nossa investigação em dois momentos:

- no primeiro, investigamos as duas propostas, do ponto de vista global, através da análise de documentos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; e
- no segundo, estabelecemos recorte em um dos pólos em que o PEC foi subdividido (Pólo Três), referente à região de Mogi das Cruzes e três distritos da Zona Leste da Capital de São Paulo (Itaquera, São Miguel Paulista e Guainazes), em que procuramos analisar, em maior profundidade, a relação entre o trabalho realizado com os professores, a questão da avaliação escolar e a implantação do RPC.

Pudemos verificar que, embora houvesse um discurso inicial de privilegiamento dos professores e da preocupação com os impactos do RPC, as propostas e ações do PEC não privilegiaram os professores, bem como muito pouca relação houve entre as ações do Programa e os impactos oriundos da implantação do RPC, o que é demonstrativo de um distanciamento entre o discurso oficial e suas ações concretas, bem como da falta de integração de ações que pareciam compor uma nova forma de se organizar as políticas educacionais.